



## CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ

Avenida Papa João XXIII, 239 - CEP 87010-260 - Maringá - PR - <http://www.cmm.pr.gov.br>

### ATA

Esta Audiência Pública é destinada ao cumprimento da obrigatoriedade da Prestação de Contas do Município pela Prefeitura Municipal de Maringá, atendendo ao que preceitua o artigo 9º, § 4º, e o artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar n. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF). A organização desta Audiência Pública, no âmbito da Câmara Municipal de Maringá (CMM), é de responsabilidade da **COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO (CFO)**, estando presentes os Vereadores **ONIVALDO BARRIS** - Presidente, **ALEX CHAVES** - Vice-Presidente e **CRISTIAN MAIA MANINHO** - Membro. Além destes membros da Comissão, participaram do evento os vereadores Ana Lúcia Rodrigues, Jean Marques, Paulo Biazon, Flávio Mantovani e Sidnei Telles. A fim de dar início à Prestação de Contas referente ao 1º Quadrimestre de 2024, às 15 horas do dia 28 de maio de 2024, o Presidente Onivaldo Barris cumprimentou a equipe da Secretaria Municipal de Fazenda (SEFAZ), em nome do senhor Orlando Chiqueto, Secretário Municipal de Fazenda. Estavam presentes, ainda, os senhores César Rael, Secretário Municipal da Agência Maringá de Tecnologia e Inovação (Amtech); Nayara Caruzzo, Secretária Municipal de Educação; Gilberto Purpur, Secretário Municipal de Mobilidade Urbana; e Sérgio Maximilla, Secretário Municipal de Gestão de Pessoas. O Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento informou que a realização da presente Audiência Pública havia sido amplamente divulgada à comunidade, a fim de ensejar a todos os interessados a devida participação. Onivaldo Barris explicou que seria permitida a realização de perguntas por cada interlocutor, uma a uma, de forma concisa e direta. Além do acompanhamento presencial, também seria possível participar remotamente, por meio do site oficial, páginas do Facebook e do YouTube da Câmara Municipal de Maringá, com o envio de questões pertinentes ao tema desta Audiência. Em seguida, com a palavra, o senhor Orlando Chiqueto passou a expor, em slides, os dados referentes a esta Audiência Pública, os quais estão disponíveis nos anexos denominados "Anexo Caderno de Prestação de Contas (0342988)" e "Anexo Apresentação 1º Quadrimestre de 2024 (0343241)", e podem ser acessados via SEI (Sistema Eletrônico de Informações) pelo processo de nº 24.0.000003078-0. Os arquivos fornecidos pela Prefeitura Municipal também foram disponibilizados no Site da Câmara Municipal de Maringá por meio do caminho: Transparência > Atividades Legislativas > Audiências Públicas > 016/2024 - Prestação de Contas do Município - 1º quadrimestre de 2024 - Comissão de Finanças e Orçamento (Link: <http://sapl.cmm.pr.gov.br:3001/audiencia/16>). Além disso, o evento foi registrado em meio audiovisual no Site da Câmara Municipal de Maringá, o qual pode ser visualizado pelo mesmo caminho citado. Ao término da apresentação de slides, o Secretário Municipal de Fazenda apresentou sua equipe: William Sérgio Carmona Bustos, Superintendente; Claudinei Braz da Silva, Diretor de Orçamento; Gilvane de Almeida Braga, Diretor de Contabilidade; Adelson Garcia Gomes Junior, Adriano Correia da Silva, Caio Cesar Machado, Cinthia Soares Amboni, Edimar de Oliveira Carvalho, Glaucia Michelle Ribeiro Dias Santos, Joao Pedro Zamoner Marques de Sousa, Lucas Chueh de Souza, Luiz Antônio Panosso, Marcos Donizete Toppa, Maria Ângela Ferrareze Casaroto, Nádia da Rocha Ferreira, Renan José Soares e Renata Oliveira Trombelli, contadores; Izaías Valentin Ávila Júnior, Gerente de Contabilidade; Claudiane de Andrade Laurindo Rodrigues, Gerente Administrativo; Cândida Magali de Paula, Chefe de Serviço – contabilidade; Wilson Yukishigue Akimoto, Coordenador do Núcleo de Prestação de Contas. Agradeceu a todos os citados, bem como a todos os servidores da Secretaria Municipal de Fazenda, os quais, segundo ele, têm trabalhado para a melhoria da transparência da Gestão Pública do Município e para demonstrar de forma clara e objetiva de onde vêm os recursos e como estes são aplicados na prestação de serviços e nos investimentos em estrutura. Assim, Orlando Chiqueto se colocou à disposição para responder aos questionamentos dos vereadores e dos demais interessados. Com a palavra, o vereador Jean Marques citou que a disponibilidade de caixa bruta apresentada era de R\$ 996.695.000, mas que não havia discriminação acerca desta nas informações fornecidas durante a apresentação. Portanto, indagou que valores seriam livres e vinculados, em especial para convênio, saúde e educação. Em resposta, o Secretário informou que

a equipe de contadores da SEFAZ realizaria uma breve pesquisa para sanar tal questionamento, apresentando os números em seguida, ainda durante a presente Audiência. A próxima a se manifestar foi a vereadora Ana Lúcia Rodrigues, que frisou a responsabilidade com a qual o Secretário conduz o processo de execução orçamentária, sempre com dados superavitários. No entanto, destacou também a dificuldade de espaço no orçamento municipal para atender aos pedidos do Legislativo. Em seguida, mencionando a crise climática no estado do Rio Grande do Sul, indagou qual era o valor disponível para emergências e catástrofes no orçamento e se esta fatia estava contingenciada ou depositada em algum fundo específico. Sobre despesas de capital e investimento, ela lembrou que o senhor Orlando Chiqueto informou que os investimentos não estavam sendo realizados com empréstimos. Assim, perguntou se o recape estava abrangido por esta informação, já que, no ano anterior, um financiamento de quase cem milhões de reais fora aprovado para obras de recape. Sobre esta obra, questionou acerca da fase de execução. Em resposta, o Secretário comentou que a execução orçamentária ocorre na medida em que há a arrecadação dos recursos. O superávit, segundo ele, se dá por diversos motivos, quais sejam: excesso de arrecadação, não execução de determinado programa previsto, economicidade nos processos ao longo do exercício etc. Assim, por ocorrer em função de diversas variáveis, nem todas sob controle do Município, não se pode autorizar que haja empenho de despesas de caráter obrigatório e continuado considerando o superávit. Em caso de dúvidas quanto à concretização do orçamento, é necessário contingenciá-lo, de modo a zelar pelas contas públicas. Com relação à verba de contingência para possíveis catástrofes, a legislação estabelece que todos os municípios precisam de, no mínimo, 1% do orçamento de reserva de contingência. Para 2024, este valor se aproxima de 17 milhões de reais. Orlando Chiqueto explicou que, à medida em que o Município executa seu orçamento e nenhuma intercorrência ocorre, este recurso pode ser liberado para ser utilizado no cumprimento das necessidades dos cidadãos. Com relação ao financiamento, não se pode usar recursos deste tipo para despesa corrente, somente para investimentos. Por isso, as despesas de capital, que são despesas de investimento, são maiores que as operações de crédito realizadas no período. Os cem milhões citados pela vereadora, segundo o Secretário, estão sendo utilizados para o recape, considerado um investimento. Com a palavra, o vereador Sidnei Telles comentou que, nesta Casa, fora aprovado um acordo financeiro a fim de evitar o aumento na tarifa do transporte coletivo, já que este estava deficitário. Isto ocorreu, em sua opinião, por conta de mudanças comportamentais dos usuários e devido à falta de mudanças estruturais que tornassem o serviço mais rápido e atrativo. Assim, foi gerada a necessidade de pagamento por parte do Município da dívida por meio de acordo judicial com a concessionária. Perguntou, então, se estes valores estavam sendo pagos e se estavam mantidos os acordos acerca das tarifas e seus subsídios etc. Em resposta, o Secretário informou não ser possível memorizar os exatos dados para dar uma resposta imediata, visto a quantidade de informações oriundas do fechamento de um quadrimestre da Gestão Municipal. Explicou que 300 folhas de dados referentes a quatro meses são reduzidas a 30 folhas do relatório de prestação de contas a serem apreciadas pelos vereadores e demais interessados. Assim, Orlando Chiqueto esclareceu que era por este motivo que a informação solicitada por Sidnei Telles não fora apresentada em slides, segundo o senhor Orlando Chiqueto. Respondendo à pergunta, informou que fora realizado um parcelamento da diferença do valor da tarifa de transporte, o qual vem sendo pago mensalmente. Disse, ainda, que poderia enviar a informação de forma mais detalhada ao gabinete do vereador. Com a palavra, o vereador Flávio Mantovani comentou que esta Audiência merecia a atenção especial dos pré-candidatos à Prefeitura de Maringá. Em seguida, indagou sobre recursos vinculados a fundos e seus gestores, como os conselhos municipais. Também perguntou acerca de empréstimos realizados pelo Poder Executivo e aprovados por esta Casa. Solicitou que o Secretário explicasse os motivos de haver recursos em caixa, mas ser necessário realizar empréstimos para que se façam obras. Comentou que, em alguns casos, a depender das taxas de juros do empréstimo e das aplicações dos recursos já existentes, pode ser mais vantajoso para a Administração se valer do empréstimo. Com a palavra, Orlando Chiqueto respondeu ao questionamento do vereador Jean Marques realizado anteriormente, dizendo que, em 30 de abril, havia cerca de 184 milhões de reais de fonte livre; 296 milhões de reais em fontes vinculadas; 19 milhões de reais de saldos de convênios. Esses valores, segundo ele, totalizavam mais de 500 milhões de reais. Já em resposta a Flávio Mantovani, o Secretário destacou a importância do financiamento, pois, assim, o valor do investimento é dividido entre várias gerações, diluindo esta despesa, já que o próprio público será utilizado por muitos anos. Assim, não é a melhor opção retirar do caixa da Prefeitura recursos próprios para todos os investimentos. Além disso, demandaria tempo para o acúmulo de recursos necessários para todos os investimentos. Com a palavra novamente, o vereador Jean Marques, acerca da dívida líquida que considera a disponibilidade de caixa, disse que não se utiliza a disponibilidade de caixa total para pagamento da dívida do Município, pois há

recursos vinculados. Nos valores previstos dos empenhos estimados, há apenas algumas despesas correntes, em sua observação. Na opinião do vereador, a dívida consolidada representa um valor mais real do que a líquida. Continuou, destacando que, da disponibilidade de caixa de 996 milhões de reais, os recursos livres são de apenas 184 milhões de reais, percebendo uma discrepância nos valores e no quanto realmente está disponível para honrar as dívidas. O vereador disse compreender que grandes obras não podem ser feitas com o caixa presente, porque representam um investimento de longo prazo, a ser usufruído pelas gerações futuras, e porque os recursos imediatos devem ser utilizados para as despesas presentes da atual geração. Assim, a vantagem é não precisar esperar para construção de obras importantes, como uma escola. No entanto, ao analisar a dívida consolidada no 1º quadrimestre de 2020, de 430 milhões de reais, constatou que houve um incremento de 29% no período quando comparado com o presente quadrimestre. Parabenizando a Secretaria pela apresentação e pelo recebimento do Caderno de Prestação de Contas com antecedência por parte dos vereadores, Jean Marques destacou que o índice de gasto com pessoal, abaixo do limite de alerta, é prudente, já que no primeiro quadrimestre é importante que haja esta margem, visto que se deve considerar a reposição da inflação e a arrecadação do IPTU. Assim, a receita corrigida com a inflação é maior que a despesa corrigida com a reposição, comparada com os próximos quadrimestres, o que pode fazer com que o índice de gasto com pessoal suba posteriormente, sendo algo esperado. Observou também que as despesas com Educação e Saúde estão próximas do mesmo período do ano anterior. Quanto ao restante das dívidas, ele informou que elaboraria requerimentos ao Poder Executivo para obter os esclarecimentos necessários. Em resposta, o Secretário Municipal de Fazenda solicitou que Jean Marques destacasse, de seu comentário, os períodos citados por ele acerca da dívida consolidada. O vereador informou que analisou o 1º quadrimestre de 2020, de 2023 e de 2024. Então, o Secretário comentou que em 2022 houve o reconhecimento da dívida da Caixa Econômica, de aproximadamente 140 milhões de reais. Assim, o percentual de aumento da dívida consolidada se deve ao reconhecimento de dívidas antigas. Reforçou que, ao receber os requerimentos do vereador, conforme informado, a Secretaria encaminharia as informações solicitadas de forma detalhada. Ele esclareceu que as dívidas são pagas somente com fonte livre, e que estas sempre estão contempladas no orçamento ao longo do exercício. Por isso, há tranquilidade com relação aos financiamentos já enviados a esta Casa, devidamente respaldados com os relatórios da Secretaria de Fazenda conforme a capacidade de envidadamento do Município. Quanto ao índice de gasto com pessoal, a tendência é que o percentual aumente ao longo do exercício, mas que, conforme o acompanhamento da execução orçamentária, haverá excesso de arrecadação neste ano, ou seja, a receita vai superar a previsão orçamentária. Então, Orlando Chiqueto concluiu o índice se manterá abaixo do limite de alerta, mesmo com as contratações que serão necessárias durante o período. Com a palavra, a vereadora Ana Lúcia Rodrigues perguntou qual era o valor mensal pago em aluguéis de próprios públicos e quantos eram os imóveis alugados pela Administração Municipal. Em resposta, Orlando Chiqueto informou que o levantamento seria encaminhado a vereadora em momento posterior. Com a palavra, o vereador Paulo Biazon elogiou a prestação de contas, e, em seguida, informou que há um CMEI sem vidros nas janelas, apesar de haver sobra de recursos. Em resposta, o Secretário Municipal destacou que o problema relatado provavelmente não se tratava de dotação orçamentária, e sim de processo licitatório ou algo assemelhado. Ele explicou que, a fim de atender pequenas demandas como a citada pelo vereador, e, atendendo a determinação do Tribunal de Contas, foi contratado um serviço do Banco do Brasil para o "caixa pequeno", o qual está a disposição de todas as Secretarias, incluindo a Secretaria Municipal de Educação. Assim, algum procedimento administrativo deve ter atrasado a reposição dos vidros no citado centro de educação. Com a palavra, o vereador Jean Marques quis destacar reconhecimento da dívida em relação à União, de 141 milhões, consolidada em 2022. Em 2020, eram 430 milhões, dos quais 80 milhões eram consignados à trimestralidade, valor que quase já foi quitado em sua totalidade. Por fim, agradeceu aos esclarecimentos prestados. Orlando Chiqueto alertou para o detalhamento das dívidas presente no Caderno de Prestação de Contas. Não havendo manifestações do público com a finalidade de encaminhar perguntas ao senhor Secretário, o Presidente da CFO agradeceu a presença de todos. Nada mais havendo a ser tratado, declarou-se encerrada a Audiência Pública às 16 horas, lavrando-se a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai assinada pelos membros presentes. Segue, em anexo, o Relatório de Avaliação das Metas Fiscais referente ao 1º Quadrimestre de 2024, em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, fornecido pela Prefeitura Municipal. O conteúdo na íntegra da **AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA PRESTAÇÃO DAS CONTAS MUNICIPAIS REFERENTE AO 1º QUADRIMESTRE DE 2024** foi registrado em meio audiovisual e todo conteúdo encontra-se disponível para acesso no Site da Câmara Municipal de Maringá, no link: <http://sapl.cmm.pr.gov.br:3001/audiencia/16>

**ONIVALDO BARRIS**

Presidente

**ALEX CHAVES**

Vice-Presidente

**CRISTIAN MAIA MANINHO**

Membro



Documento assinado eletronicamente por **Alex Sandro de Oliveira Chaves, Vereador**, em 17/06/2024, às 10:27, conforme Lei Municipal 9.730/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Onivaldo Barris, Vereador**, em 17/06/2024, às 10:32, conforme Lei Municipal 9.730/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Cristian Marcos Maia da Silva, Vereador**, em 17/06/2024, às 10:46, conforme Lei Municipal 9.730/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.cmm.pr.gov.br/verifica> informando o código verificador **0343537** e o código CRC **C23AAE54**.